

O COMUNISMO MARXIANO, O DEBATE “REFORMA OU REVOLUÇÃO” E OS PARTIDOS COMUNISTAS BRASILEIROS NO SÉCULO XXI

Natália de Paula Narciso Rocha

**Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Ciências Sociais
Ciências Sociais**

RESUMO

Com o advento do fim da Guerra Fria e a dissolução da U.R.S.S. os partidos comunistas, ao redor do globo, entraram em uma relativa crise. As táticas, as estratégias e até os princípios foram questionados. No cenário brasileiro ocorre o questionamento interno nos dois principais partidos comunistas; o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Este trabalho pretende contribuir com a discussão acerca das estratégias e táticas dos partidos comunistas no século XXI a partir da experiência dos partidos comunistas brasileiros no sentido de pensar, a partir destas estratégias e táticas, até que pontos estes partidos permanecem fiéis ao comunismo marxiano. Para tanto, é preciso discutir os princípios e o programa do comunismo marxiano, sendo propício recordar o debate “reforma ou revolução”, de modo a estabelecer os marcos analíticos para a análise. Do ponto de vista metodológico, utiliza-se o histórico recente dos partidos políticos com o poder e analisa-se alguns documentos dos dois partidos sobre estratégias e táticas políticas para responder à questão do trabalho. Trata-se de um estudo exploratório que pode lançar luz sobre o debate, mas que necessita ser complementado por pesquisas mais abrangentes.

PALAVRAS CHAVE: Comunismo; Revisionismo; Partido Político; Partido Comunista Brasileiro; Partido Comunista do Brasil.

INTRODUÇÃO

No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, acontecia a Guerra Fria, um conflito ideológico e político entre as duas maiores potências mundiais do período, Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS). Este conflito acirrou uma bipolaridade entre o capitalismo e o comunismo, representados pelo EUA e URSS, cada potência buscando por sua hegemonia política, econômica e militar. Marcado por conflitos indiretos e pelo sentimento de medo de uma guerra nuclear, a Guerra Fria durou quase meio século e resultou em importantes cisões na proposta comunista marxiana, na extinção da URSS e na “vitória” do capitalismo nos países socialistas. De acordo com o historiador Hobsbawm não se compreende o século XX sem entender o comunismo.

Da mesma forma considera-se que não se pode entender a consolidação do Estado-nação brasileiro, sem entender o comunismo. De fato, a retórica da ameaça comunista marcou períodos importantes da história brasileira, como o Estado-Novo e a Ditadura de 1964.

No Brasil, entre 1930 e 1945, período da Era Vargas, o Estado Novo constituiu sua ditadura ao mobilizar um falso plano comunista de golpe de Estado, o chamado “Plano Cohen”. O plano denunciava uma “insurreição comunista”¹, sua elaboração foi atribuída ao Partido Comunista Brasileiro e a organizações comunistas. O plano conjecturava a eliminação das forças armadas, a mobilização da população, liberdade para presos políticos, entre outras. O “Plano Cohen” permitiu, diante da “ameaça comunista” uma perseguição aos comunistas e aos opositores do governo, além de ter sido utilizado pelo Executivo para bloquear as eleições², garantindo a permanência do governo Vargas no poder. Mais tarde foi descoberto que o “Plano Cohen” foi um golpe arquitetado pelo próprio governo para silenciar os partidos opositores e assegurar a ditadura Vargas.

O Golpe Militar de 1964 também se deu pela justificativa de uma “ameaça comunista”³. Em um período marcado por movimentos sociais e o pedido por reformas trabalhistas, os militares e uma parcela da população⁴ solicitavam uma restauração da ordem no Brasil. Os partidos comunistas nessa ocasião foram perseguidos e colocados na ilegalidade por todo o período. A Ditadura Militar durou 21 anos.

A proposta comunista apesar de enfraquecida no final do século XX, face à ascensão crescente do capitalismo em países ditos socialistas ou comunistas, não foi extinta e seus funda-

1 “A insurreição provocaria massacres, saques e depredações, desrespeito dos lares, incêndio de igrejas etc.” (FAUSTO, 2010, p.366)

2 De acordo com Fausto (2010), os efeitos do ‘Plano Cohen’ foram imediatos como a aprovação pelo Congresso do Estado de guerra e a suspensão das garantias constitucionais por noventa dias.

3 “O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia.” (FAUSTO, 2010, p.465)

4 De acordo com Boris Fausto (2010, p.460), cerca de 500 mil pessoas ligadas Igreja conservadora, desfilaram pelas ruas de São Paulo em demonstração de que o golpe poderia contar com uma significativa base de apoio. Esse ato ficou conhecido como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

mentos continuam sendo discutidos no século XXI. Em vista de existirem partidos comunistas e esses fazerem parte da história e da política do país, mesmo com o contexto político impróprio à proposta revolucionária e aos fundamentos do comunismo marxiano queremos compreender se os princípios e o programa do comunismo marxiano podem ser observados dentro dos partidos sobretudo na formulação das estratégias e táticas políticas.

Foi dada preferência aos partidos que se autointitulam comunistas. É consabido a existência de outros partidos com propostas comunistas, como o Partido da Causa Operária (PCO), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Partido Comunista Revolucionário (PCR), entre outros.

Entretanto por limitações de tempo e pesquisa foram escolhidos o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) por apresentarem, de maneira explícita o comunismo no nome e serem reconhecidos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

1 COMUNISMO E REVOLUÇÃO

O “Manifesto do Partido Comunista” é um dos livros precípuos da história do comunismo. A partir dos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels o projeto comunista avançou nas discussões dentro da classe operária e também na política. Publicado em 1848, o “Manifesto Comunista” foi um pedido da Liga dos Comunistas, uma união operária internacional em que Marx e Engels participavam.

Na primeira metade do século XIX a Europa passou por intensas transformações sociais, econômicas e políticas, desdobramentos diretos das revoluções do século XVIII. O historiador Eric Hobsbawm nomeia o período de 1789 a 1848 como uma “Era das Revoluções”. Isto é, nesse período observa-se intensa agitação social em vista das transformações nas estruturas políticas e socioeconômicas.

Em 1848, a República havia sido proclamada na França depois da derrubada da Monarquia e a revolução na Europa tinha seu início. A revolução de 1848, segundo Hobsbawm, teria sido a primeira revolução potencialmente global, seus feitos haviam sido propagados em diversos países. A “Primavera dos Povos” como também é chamada a Revolução de 1848, foi constituída de acordo com Hobsbawm por “revoluções sociais dos trabalhadores pobres” o que confirmou no período, o forte antagonismo das classes e o caráter conservador da burguesia.

No início de 1848, o eminente político francês Alexis de Tocqueville ergueu-se na Câmara dos Deputados para expressar sentimentos que muitos europeus partilhavam: ‘Estamos Dormindo sobre um vulcão... Os senhores não percebem que a terra treme mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte.’ Mais ou menos no mesmo momento, dois exilados alemães, Karl Marx, com 30 anos, e Friedrich Engels, com 28, divulgaram os princípios da revolução proletária (...),

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

publicado anonimamente em Londres, 24 de Fevereiro de 1848, sob o título alemão de Manifesto do Partido Comunista. (HOBSBAWM, 2014, p.31 e 32)

De acordo com Marx e Engels, o Manifesto sugeria uma forma revolucionária de ação política para além dos ideais socialistas⁵. Em 1847 o socialismo expressava para Engels um movimento burguês e não operário. O “Manifesto Comunista” propunha a organização da classe trabalhadora, um documento teórico-prático e revolucionário. O movimento organizado pela classe trabalhadora seria um movimento operário contra a burguesia. Para a revolução almejada por Marx e Engels, seria necessário que se superasse o aparelho do Estado, a sociedade burguesa, o capitalismo, e somente a revolução proletária seria capaz de derrotar a burguesia.

Em síntese, o Manifesto pretendia fomentar a mobilização dos proletários para a construção de uma sociedade sem exploração, o que demandaria o fim da propriedade privada, da política burguesa e do Estado. Nesse intento era indispensável, também, uma análise das transformações do período histórico, o que os autores realizaram com primor.

A ascensão da nova burguesia nessa época de intensas transformações tecnológicas, políticas e econômicas foi o objeto de análise do Manifesto, a classe burguesa e sua relação com o proletariado, na luta de classes. A burguesia moderna, como denominada no Manifesto, produziu grandes transformações sociais desde o feudalismo até a revolução industrial onde, como resultado das transformações, garantiu seu poder social, econômico e político na sociedade. Marx não nega o caráter revolucionário que a burguesia⁶ teve na história, mas também aponta todas as contradições que acompanham a burguesia moderna no que esta realiza na sociedade capitalista, como sua transformação conservadora tanto para se preservar no poder como para manter a ordem capitalista vigente.

O caráter revolucionário da burguesia não se deu apenas no âmbito econômico e industrial, mas também e principalmente na política, através do Estado representativo, que surge para administrar os interesses da classe burguesa e para afirmar seu caráter opressor. De acordo com Marx (2005, p.49), a burguesia “numa palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança”, como os grandes centros urbanos populacionais, a desqualificação da vida rural, tornando-a dependente da cidade, a centralização dos meios de produção, a concentração da propriedade privada nas mãos de poucos e a centralização política. Todas essas transformações sociais evidenciavam a exploração do trabalhador na sociedade e a concentração política e econômica da burguesia.

De acordo com Marx e Engels, as classes sociais existiram desde a Roma antiga e junto com elas a luta de classes, dividindo servos e senhores, escravos e senhores, opressores e oprimidos, bur-

5 “Por socialistas, em 1847, entendia-se, de um lado, os adeptos dos vários sistemas utópicos: os owenistas na Inglaterra e os fourieristas na França, ambos já reduzidos à condição de meras seitas em vias de desaparecimento gradual; de outro lado, os vários charlatões sociais (Social quacks) que por meio dos mais diversos truques pretendiam remediar, sem qualquer perigo para o capital e o lucro, todos os males sociais. Em ambos os casos, eram homens que estavam fora do movimento operário, buscando o apoio das classes “cultas”. Todo setor da classe operária que se convencia da insuficiência das revoluções meramente políticas e tinha proclamado a necessidade de uma completa mudança social denominava-se então comunista. (...). Assim, em 1847, o socialismo era um movimento burguês (a middle-class movement), o comunismo, um movimento operário.” (ENGELS, 2005, P.33).

6 Algumas interpretações sugerem que Marx não reconheceria os progressos realizados pela burguesia, sendo um crítico unilateral desta. Percebe-se na leitura do Manifesto que a análise marxiana está longe de ser maniqueísta, pois, em diversas passagens, visualizam-se louvas as realizações revolucionárias da classe burguesa (MARX; ENGELS, 2005), sendo a crítica direcionada ao caráter conservador da burguesia após chegar ao poder.

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

guesia e proletariado. A nova sociedade surgida com o capitalismo proporcionou novas condições de opressão e “luta” e o surgimento de duas grandes classes sociais que mantêm a luta de classes, a burguesia e o proletariado. A classe dos trabalhadores teria sempre existido, mas a classe operária como é demonstrada por Marx e Engels, nas condições de exploração, alienação e submissão ao capitalismo, é nova e pertencente à nova sociedade capitalista.

No livro “O Estado e a Revolução” de 1917, escrito por Lênin, Vladimir Ilyich Ulyanov, o autor debate com anarquistas e outros pensadores que consideravam a teoria marxista ‘prepotente’. No livro, além do debate relativo às teorias marxistas, o autor oferece uma explicação para o funcionamento do Estado, entendendo ser este um produto do antagonismo entre as classes. O Estado existiria devido ao caráter conflitante da luta de classes, pois, de acordo com Lênin, a partir do pensamento de Marx, o Estado não poderia sobreviver caso fosse cessado o antagonismo das classes, por isso a necessidade do proletário se apropriar do poder estatal, para depois destruí-lo.

Para Engels no prefácio da edição inglesa do Manifesto Comunista de 1888, por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado e por proletariado compreende-se a classe de trabalhadores assalariados modernos que, privados de meio de produção próprios, vendem suas forças de trabalho para a burguesia.

Assim como a burguesia, o proletariado também acompanhou as transformações da época e se desenvolve junto com a burguesia e com o novo Estado. Mas o proletário, trabalhador assalariado, se torna peça fundamental nas relações de trabalho e lucro dentro dessa sociedade, o que faz com que a burguesia, junto ao Estado, mantenha as relações de opressão, desigualdades de classes e principalmente de alienação do trabalhador.

Marx e Engels (2005) perceberam que o trabalhador, diante as condições de trabalho submetidas à lógica capitalista, perdeu seu caráter autônomo e seu estímulo, por causa da modernização proporcionada pela Revolução Industrial e da divisão de trabalho, “servos da máquina, do vigilante e, sobretudo dos próprios burgueses fabricantes singulares”.

Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se toma a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada. (ENGELS *apud* LÊNIN, 2011, P.44).

A diferença de poder entre essas duas classes começou a gerar consequências desastrosas para os proletariados, porém também foi algo que proporcionou ‘revolta’ e o desejo de reformas e revolução. Os salários baixos e oscilantes dos operários, o desemprego, as péssimas condições de trabalho, o aumento da carestia que conseqüentemente proporcionou um aumento na pobreza, o estranhamento do próprio operário em relação ao processo de trabalho e ao produto desse trabalho, a exploração de crianças e mulheres nas fábricas, entre outros, foram fatores que fizeram com que a classe proletária começasse a se mobilizar contra a burguesia, “a sua luta contra burguesia começa com a sua existência.” (MARX e ENGELS, 2005, p.47).

Todos esses fatores colaboraram com movimentos de resistência dos trabalhadores contra o modo de produção capitalista. É a partir da análise dessa nova sociedade, da luta de classes e da exploração do proletariado que Marx e Engels apresentam então os comunistas. É importante lembrar que o comunismo não se apresenta como um partido político ou como um partido socialista/operário, mas com a proposta de uma nova sociedade que surge dos interesses do proletariado como um todo, independentemente de sua nacionalidade.

As condições para a existência e a dominação da burguesia são favorecidas por alguns fatores

REALIZAÇÃO:



APOIO:



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E ENSINO SUPERIOR

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

como a acumulação da riqueza nas mãos de poucos, a multiplicação do capital e, a condição do capital é o trabalho assalariado, ou seja, o proletariado que ‘sustenta’ essa burguesia e para isso é necessário que essa classe seja oprimida o que é feito de maneira ideológica pela burguesia, sobretudo através da concepção de trabalhador assalariado como um trabalhador livre. Apesar de ter acabado com o poder monárquico e religioso que existia na sociedade, essa burguesia surgiu com a ilusão de ‘liberdade e igualdade’ que na verdade é apenas política e afirma as classes sociais, a exploração e opressão do proletariado.

O comunismo seria a condição livre do ser humano, não a liberdade ilusória proporcionada pelo capitalismo, mas a liberdade do homem. Seria necessário então, emancipar esse homem para que seja possível a revolução, uma emancipação não apenas política, mas também humana. “O Manifesto Comunista” e “A Questão Judaica” são livros que nos fazem entender melhor os processos burgueses e a revolução comunista, livros escritos há mais de duzentos anos, mas que permanecem atuais, a revelar as relações de exploração e desigualdade que estruturam esta sociedade. Nesse trabalho proponho um debate com os partidos comunistas do Brasil, para que entendamos as propostas revolucionárias desses partidos e o que elas ainda têm a ver com o comunismo de Marx e Engels no livro “O Manifesto Comunista”.

Houve, no entanto, uma cisão dentro do movimento comunista no debate do processo revolucionário a partir da proposta marxiana. A discussão consistiu sobre a forma de se chegar ao período de transição do capitalismo ao socialismo. Dividido por duas correntes, a primeira, denominada revisionista por autores como Lenin e Rosa Luxemburgo e encampada posteriormente pela socialdemocracia, defendia que o processo de transição aconteceria de forma pacífica e por meio democrático e a segunda defenderia o processo revolucionário pela luta armada, a ‘Ditadura do Proletariado’, conforme proposto por Marx e Engels.

2 O DEBATE REFORMA E REVOLUÇÃO

Desde a década de 1880, de acordo com Hobsbawm (2014), era fato para os contemporâneos que a massa dos trabalhadores era grande e crescia indiscutivelmente, o que proporcionou grande mobilização operária para a construção de partidos políticos. As políticas democráticas e eleitorais do período fizeram com que crescessem rapidamente os partidos constituídos pelas massas, em sua maioria inspirados pelos ideais socialistas revolucionários⁷.

A proposta marxiana triunfava na maioria dos partidos operários e seria necessário que todos os trabalhadores se unissem e apoiassem os partidos, pois, segundo Hobsbawm, (2015, p186), “a própria história lhes garantia a vitória futura”. Notório o grande número de indivíduos pertencentes à classe trabalhadora, segundo o autor, o proletariado não era uma classe homogênea, divididos pelas próprias diferenças de trabalho, de ocupação, de origem social, geográfica, linguagem, cultura, etc., dividiam o trabalhador provocando cisões internas na classe operária.

No final do século XIX ocorreria uma discussão dentro do movimento comunista sobre o posicionamento dos comunistas em torno da implementação do projeto comunista: seria pos-

⁷ Hobsbawm, 2015 p.184, utiliza o termo ‘socialismo revolucionário’ a fim de afirmar que até o momento da construção dos partidos, o socialismo era por definição considerado revolucionário.

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

sível consegui-lo através das bases institucionais já existentes e por meio pacífico ou seria por meio de um processo revolucionário onde a classe oprimida apodera-se do Estado e romperia com a ordem existente?

Esse período de transição entre o Capitalismo e o Comunismo, o Socialismo ou a ‘Ditadura do Proletariado’ como chamado por Marx e Engels, fomentou discussões, principalmente após a Comuna de Paris, com a derrota dos operários que conseguiram de fato o controle do Estado, mas, como esclarecido por Marx em “Guerra Civil na França”, assumiram o poder com a “velha máquina do Estado” e não tornou possível de fato avançar além de uma ‘Ditadura do Proletariado’.

Essas discussões tendiam principalmente, segundo autores como Rosa Luxemburgo e Lênin, para duas alternativas ao período de transição entre o Capitalismo e o Socialismo, a ‘reforma ou a revolução’ conforme aponta Norberto Bobbio:

Há cerca de um século, os dois termos “reformas” e “revolução”, com frequência unidos ao enunciado interrogativo “reformas ou revolução”, indicam as duas estratégias alternativas que foram sucessivamente adotadas no âmbito do movimento operário para a transformação da sociedade no sentido socialista ou, para usar uma expressão corrente (ainda que tudo, menos clara), durante o estado de transição. (BOBBIO, 2000, p.577)

A alternativa da implementação do comunismo pela reforma e de maneira não abrupta estava relacionada aos partidos socialistas. Essa perspectiva acreditava no poder político através da democracia e confiava que se eleito, quando possuísem o poder parlamentar seria possível mudar as estruturas da sociedade e eventualmente atingir o comunismo, além de imediato melhorar às condições do proletário.

Os partidos socialistas se autointitularam socialdemocratas, que seria a ascensão do socialismo por vias democráticas. Os partidos conseguiram uma grande adesão dos proletários logo no começo o que fez com que crescesse o movimento da teoria da socialdemocracia. Segundo Rosa Luxemburgo a socialdemocracia possuía um elo indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução, sendo a luta pelas reformas o meio, a revolução o fim.

Em 1875 Karl Marx escreveu um documento chamado de “Crítica do Programa de Gotha” direcionado ao Partido Operário Alemão apontando as críticas a socialdemocracia. O partido Operário pretendia, segundo Marx, alcançar o ‘Estado livre’, o autor declara que o partido ao adotar esse programa demonstrou que o projeto socialista não estava presente na socialdemocracia do partido.

Suas reivindicações políticas não contêm mais do que a velha cantilena democrática, conhecida de todos: sufrágio universal, legislação direta, direito do povo, milícia popular etc. São um mero eco do Partido Popular burguês, da Liga da Paz e da Liberdade. (MARX, 2012 p.43)

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

O Partido Social Democrata Alemão (SPD) seria um dos maiores partidos socialistas da Europa, declaradamente marxista em 1891, segundo Hobsbawm, em torno de um a cada três cidadãos votavam no partido. Apesar dos fundamentos marxistas, Kautsky⁸ de acordo com Eric Hobsbawm definiu o SPD como um partido que “embora revolucionário não faz revolução”⁹.

A socialdemocracia começa então a perder seu fim revolucionário, que seria o Comunismo, quando, ao alcançar o poder político do Estado, não altera as estruturas sociais, mas promove reformas nos aparelhos ligados a essa estrutura. Essa contradição promoveu uma cisão dentro da socialdemocracia, dividindo os socialistas entre ‘revolucionários’ e ‘reformistas’ definidos na Segunda Internacional.¹⁰ A socialdemocracia se torna então um partido de reformas sociais e o que antes era um partido operário, se transforma em um partido popular, propondo agora uma reforma capitalista.

A socialdemocracia deve transformar-se de partido da revolução social em partido democrático de reformas sociais. Essa reivindicação política foi cercada por Bernstein com toda uma bateria de “novos” argumentos e considerações muito harmoniosamente orquestrados. (LÊNIN, 2018, Que fazer?)

Eduard Bernstein, de acordo com Rosa Luxemburgo, propôs uma revisão dos princípios marxistas e rejeitou os fundamentos revolucionários do que ele denomina ‘velho marxismo’. Bernstein acreditava que as reformas sociais seriam o meio mais eficaz para melhorar as condições do proletário. Afirmava também que o desmoronamento do capitalismo era cada vez mais improvável, pois ao passar dos anos o capitalismo demonstrou uma grande capacidade de adaptação.

A capacidade de adaptação do capitalismo manifesta-se, segundo Bernstein, em primeiro lugar, no desaparecimento das crises gerais, graças ao desenvolvimento do sistema de crédito e das organizações patronais, das comunicações e do serviço de informações; em segundo, na tenacidade das classes médias, como consequência da diferenciação crescente dos ramos de produção, e da elevação de grandes camadas do proletariado ao nível da classe média; em terceiro lugar, enfim, na melhoria da situação econômica e política do proletariado, consequente à ação sindical. (LUXEMBURGO, 2010, p.22).

A implementação do socialismo de forma progressiva como acreditaria Bernstein seria realizada por reformas sociais, pelos sindicatos e pela democratização política do Estado. Bernstein acreditava, que as reformas trariam um ‘controle social’ cada vez maior para as condições de produção segundo Rosa Luxemburgo (2010). A autora discorda dessa teoria, pois as reformas não poderiam gerar um ‘controle social’ visto que o Estado é o representante da

8 Importante pensador marxista na Segunda Internacional entre 1889 e 1914.

9 “O SPD adotou uma curiosa combinação de princípios bastante revolucionários (elaborados por Karl Kautsky) e programas moderados (elaborados pelo revisionista Eduard Bernstein).” (FULBROOK, 2016, P.149)

10 A Segunda Internacional foi uma organização comunista elaborada pelo movimento dos trabalhadores europeus, composta por partidos políticos, sindicatos livres, comunistas, operários, etc. ‘Segunda’ para diferenciar da Primeira Internacional realizada por Karl Marx com o intuito de existir uma ‘Liga Comunista’, uma concentração de comunicação, cooperação e articulação dos comunistas.

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

sociedade capitalista e limitaria os direitos do operário ou o proprietário do capital seria apenas um administrador. As reformas seriam para Bernstein, portanto, uma forma de regulamentação da produção e não uma forma de modificar as formas de produção e exploração do Estado como almejava Luxemburgo.

Hobsbawm aponta que ao final do século XX, uma ‘ala moderada ou reformista’ eclodiu nos movimentos socialistas, até mesmo entre os marxistas, sendo Eduard Bernstein o ideólogo fundamental desse movimento. Conhecido como ‘revisãoismo’ a prática adotada por Bernstein e seguida por grande parte da socialdemocracia, o revisãoismo consistia em ‘rever’ as teses marxistas. Bernstein rejeitava a ideia de luta de classes e acreditava que as desigualdades econômicas entre as classes cessariam por meio das reformas sociais. Rosa Luxemburgo critica duramente em seu livro “Reforma ou Revolução” a posição adotada por Bernstein descrevendo como o autor fez uma leitura errada da teoria marxista e afirmando que a socialdemocracia não seria o que Bernstein propunha¹¹. Da mesma forma, Lenin em “Que fazer”, critica a nova tendência da socialdemocracia, representada, sobretudo por Bernstein caracterizando-a como uma espécie de “oportunismo”.

A tese revisionista de Bernstein, surgida no final do século XIX na Alemanha, segundo Rosa Luxemburgo, negaria a autodestruição do capitalismo e acreditaria na existência de “meios de adaptação” que garantiriam a sobrevivência do capitalismo. Segundo a autora, para Bernstein, os sinais de adaptação do capitalismo seriam as fusões, os créditos, a melhoria no nível de vida do operário e o aperfeiçoamento dos meios de comunicação, esses fatores cessariam ou anulariam as contradições causadas pelo capitalismo.

4 OS PARTIDOS COMUNISTAS

De acordo com Segatto (1987), as primeiras organizações políticas e com tendências socialistas surgiram na década de 1890 junto com os primeiros partidos operários. Um marco importante foi o primeiro Congresso Socialista em 1892 o qual resultou na fundação do primeiro Partido Socialista Brasileiro. Segatto (1987) afirma que estes primeiros partidos possuem tendências reformistas embora fossem influenciados pelo marxismo, sobretudo na proposta de socialização da produção. Entretanto, conforme pode ser observado pela citação abaixo, esses partidos não são favoráveis ao movimento revolucionário que signifique um ‘Golpe de Estado’.

Prevenimos-te, entretanto, que apesar de combatermos com energia a organização econômica da atualidade, não somos inimigos rancorosos do capitalismo. Este teve seu papel histórico. O capitalismo preparou o socialismo absorvendo a pequena

11 Na Segunda Internacional de acordo com Waldenberg (1948, p.242), “Bernstein contava com o fato de que a socialdemocracia, transformando sua ideologia e sua política, obteria a adesão de uma parte relevante das camadas médias, e, apesar do melhoramento das condições de vida dos operários no sistema existente, maior parte deles continuaria sempre a se identificar com a ideologia socialista”.

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

propriedade dividida pelo maior número. Prevenimos-te, outrossim, que usaremos da maior discricção em nossa propaganda. Não queremos ser filados pela polícia. Somos antes de tudo boas pessoas. Não saímos a rua a erguer barricadas. Expomos doutrinas. A revolta por um golpe de Estado não daria ao obreiro, saído da escravidão, os hábitos de moralidade necessárias ao regime socialista. Não somos revolucionários. Somos reformistas. (SEGATTO, 1987, apud CARONE, Edgard, 1987, p. 79)

Entre 1917 e 1920, começou um ciclo de greves, de acordo com Fausto, nas principais cidades do Brasil, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Os números de greves cresciam, chegando a cem em São Paulo e sessenta no Rio de Janeiro, também ocorriam paralisações, foi nesse período, segundo o autor que a sindicalização¹² ganhou força.

De acordo com Fausto, no começo dos anos de 1920, com os poucos resultados das greves e com as notícias internacionais da ruptura dos comunistas e anarquistas e a Revolução de 1917 na Rússia que os ideais comunistas¹³ chegaram no Brasil. Nasce em 1922 o Partido Comunista do Brasil (PCB), cujos fundadores, de acordo com Fausto, provinham em sua maioria do anarquismo.

Segundo o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), existem hoje no Brasil 35 partidos políticos registrados, sendo apenas dois deles denominados claramente como comunistas, são eles o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

O PCB é o partido político mais antigo do Brasil ainda em atividade, foi a partir do PCB que surgiu o também partido comunista PCdoB. Fundado em 25 de Março de 1922, ainda chamado de Partido Comunista do Brasil, adotava a sigla PCB, em 1961 o partido alterou seu nome para Partido Comunista Brasileiro. O PCB foi o partido político mais importante na história do Brasil contra capitalismo, visto que ainda antes de 1922 não existiam partidos significantes contrários ao capitalismo. O PCB foi fundado no período de impacto da Revolução Russa de 1917 na esfera política do país. De acordo com Segatto, a fundação do PCB foi “consequência da formação do proletariado e do desenvolvimento de suas lutas no Brasil, bem como reflexo dos combates da classe operaria a nível internacional, da Revolução Russa principalmente.” (SEGATTO, 1987, p.87)

Há uma divergência sobre o ano de criação do PCdoB, enquanto o próprio partido afirma que sua fundação ocorreu em 1922, de acordo com Segatto (1987) e documentos históricos a fundação do partido seria em 1962, fruto de uma cisão ocorrida no PCB por divergências ideológicas. Alguns militantes do PCB alegavam que o partido estava perdendo seu foco revolucionário se tornando um partido reformista, foram esses que se juntaram e formaram o PCdoB.

12 “embora não existam dados seguros da proporção de operários sindicalizados. Um exemplo da alta taxa de sindicalização é o da União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro, que, em 1918, afirmava ter 19 mil filiados.” (FAUSTO, 2010, p.300)

13 De acordo com Fausto (2010, p.303), os comunistas se distinguiram dos anarquistas, por primeiro, valorizarem o papel do Estado e almejavam o poder para se consolidar o período de transição do comunismo, a ditadura do proletariado. E, em segundo, por criarem uma organização centralizada, com poderes concentrados nas mãos dos dirigentes.

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

De acordo com Segatto (1987), o grupo que fundou o PCdoB negou-se a aceitar as mudanças e a renovação pelas quais passavam o partido e manteve o métodos e concepções do período stalinista.

O PCdoB surgiria a partir de uma cisão ideológica dentro do PCB. Em 1961, segundo Jacob Gorender (1987, p.33) o semanário 'Novos Rumos' publicou o 'Programa e os Estatutos do Partido Comunista' ao lado de uma entrevista com Luís Carlos Prestes que anunciava o encaminhamento deste documento ao TSE a fim de registrar legalmente o PCB. Seria substituído 'Partido Comunista do Brasil' por 'Partido Comunista Brasileiro', pois na cassação ao partido em 1947 no Governo Dutra acreditava-se que o PCB não era um partido brasileiro, mas a 'Seção do Brasil da Internacional Comunista', ou seja, o PCB seria um setor do Comunismo da europeu não um partido brasileiro, contudo o STE negou o registro.

PCB

Em um documento intitulado de "A Estratégia e a Tática da Revolução Socialista no Brasil", realizado no XV Congresso Nacional do Partido Comunista Brasileiro em Abril de 2014, o PCB descreve como seria sua estratégia política. Trata-se de um documento de quatorze páginas dividido nos seguintes tópicos: Introdução, O Capitalismo Contemporâneo, A Hegemonia Burguesa no Brasil, A Estratégia Socialista da Revolução Brasileira e as Mediações Táticas da Revolução Socialista.

Tendo como objetivo final uma sociedade Comunista como presente no parágrafo primeiro do documento, o PCB visa à conquista política por meio da classe trabalhadora, tornando a participação dos trabalhadores como sujeito histórico do processo de revolução socialista. "Portanto, as tarefas estratégicas colocadas ao conjunto dos trabalhadores e, em especial, à classe operária, núcleo estratégico e central do sujeito revolucionário, o proletariado. (PCB, Estratégia e Tática, item 43)."

A meta estratégica do Partido Comunista Brasileiro é a conquista do poder político pela classe trabalhadora e seus aliados fundamentais, organizados no Bloco Revolucionário do Proletariado, cujo objetivo central é a construção da sociedade socialista, período transitório para a emancipação do proletariado na sociedade comunista. (PCB, A Estratégia e Tática)

Foi realizada uma contagem da ocorrência de termos vinculados ao comunismo marxiano, como 'Manifesto do Partido Comunista', proletariado, luta de classes, revolução e reforma. No documento observa-se que o termo 'Manifesto Comunista' foi citado duas vezes, como referencial na construção do próprio documento. O termo 'proletariado' fundamental na análise marxiana, foi citado vinte e nove vezes. A 'luta de classes' foi citada dezesseis vezes, 'revolução' treze e 'reforma' apenas uma vez para se referir especificamente a reforma agrária. O que demonstra uma aproximação com a linguagem marxista e com os princípios do comunismo revolucionário.

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

Após a ditadura militar e com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), houve, segundo o PCB, uma hegemonia nas lutas sociais, o que fez com que o partido apoiasse o PT nas décadas de 1980 e 1990 até os anos seguintes. No XIV Congresso Nacional do Partido Comunista, o partido rompeu em 2005 com o governo PT, declarando que o partido assumiu uma política burguesa, passando a operar pelo interesse do capital, rendendo à lógica do mercado. Dado o rompimento, o PCB acredita que é necessária a construção de um Bloco Revolucionário do Proletariado para lutar contra o bloco dominante.

O Bloco Revolucionário do Proletariado, segundo o partido, seria o conjunto de ações e transformações políticas, econômicas, jurídicas e formas de consciência que apontassem para a superação do capitalismo e para a construção da sociedade socialista rumo ao comunismo. A construção do Bloco pressupunha a articulação das dimensões econômicas e políticas na conformação da proposta emancipadora, capacitando, principalmente, a classe proletária ao exercício do poder político.

A ideia do Bloco Revolucionário proposto pelo PCB se aproxima da ideia de ‘educação do proletariado’ exposta por Lênin (1902), o autor acredita que o proletariado necessita de uma frente operária estratégica para que seja possível a revolução. Lênin em “Que fazer?”, aborda a importância de empreender ativamente a educação política da classe operária, desenvolvendo a sua consciência política a partir dos princípios revolucionários comunistas.

O PCB ressalta ainda no item 50 do seu documento ‘A Estratégia e a Tática da Revolução Socialista no Brasil’ que a transformação histórica não se dará por um projeto reformista, mas por uma ruptura radical, assim como postulava Lênin (2011). Essa ruptura radical se daria na destruição do poder e da dominação burguesa e na construção de um novo Estado do proletário. O partido não descreve como e o que seria essa ‘ruptura radical’, porém expressa o princípio revolucionário do partido, acreditando no fim da luta de classes e na Ditadura do Proletariado. A Ditadura do Proletariado aparece no item 59 do documento no subcapítulo As Mediações Táticas da Revolução Socialista, acreditando que o Poder Popular se converteria no germe de um Estado Proletário.

A contraposição às saídas reformista alinha a proposta do partido a perspectiva dos fundamentos marxianos e as críticas levantadas por Lênin e Rosa Luxemburgo ao revisionismo.

O partido afirma que seu maior desafio é a construção de ‘pontes táticas’ que permitam criar condições para desenvolver o projeto socialista. No entanto, afirma no item 65, que julga essencialmente necessário que a mobilização da classe trabalhadora seja feita por intensas lutas de resistência e árduas tarefas de organização e formação política, ao contrário de outros partidos que segundo o PCB “apostam suas fichas no processo eleitoral”.

Apesar de não julgar importante o processo eleitoral, o PCB esteve na disputa da presidência do país em 2010 e 2014, além de participarem de eleições municipais e apoiarem a candidatura de outros partidos. Em 2018 o PCB anunciou a coligação com o Partido Socialismo

e Liberdade (PSOL) e o apoio ao candidato à presidência.

O PCB propõe ainda uma ‘Frente Anticapitalista e Anti-imperialista’ que deveria ser formado por um amplo movimento de caráter permanente e estruturado por partidos políticos, organizações de massa e movimentos populares reunidos com o objetivo da ruptura com o capitalismo.

PCdoB

As estratégias políticas do PCdoB são encontradas em um documento de apresentação, história e programa do partido. O item II do documento intitulado de ‘Programa Socialista para o Brasil’ exprime as ações que serão realizadas pelo PCdoB. O documento é formado por vários pequenos itens entre eles, destacamos: A transição do capitalismo ao socialismo no Brasil, Hegemonia e acumulação de forças, Novo projeto Nacional, caminho brasileiro para o Socialismo, Como financiar o Desenvolvimento, Reformas para o avanço da NPDN e Fortalecer a Nação, lutar pelo socialismo.

No seu documento, o PCdoB afirma no item 24, que o programa do partido não trata da construção geral do socialismo, mas da transição ‘preliminar’ do capitalismo para o socialismo, deixando em aberto a questão do comunismo em si e da ditadura do proletariado como sugerido no Manifesto Comunista.

No documento foi realizada a contagem de termos vinculados à literatura marxista e encontramos os seguintes resultados, alguns termos não aparecem no documento como ‘Manifesto Comunista’, ‘luta de classes’ e ‘Ditadura do Proletariado’. O termo ‘proletariado’ aparece três vezes, revolução duas vezes e o termo reforma aparece vinte vezes no documento. Demonstrando um distanciamento da linguagem e dos princípios marxianos revolucionários e esses dados preliminares e pode indicar uma aproximação com o revisionismo criticado por Rosa Luxemburgo e Lênin, embora este não seja um dado conclusivo, pois demandaria uma pesquisa de campo com o partido, seus dirigentes e militantes.

Segundo o partido, em vista a realidade atual brasileira o PCdoB estaria traçando condições políticas e orgânicas para o processo da transição. O partido acredita nas vias democráticas para alcançar o poder. O ponto principal do processo de transição, de acordo com o PCdoB, seria a conquista do poder político estatal pelos trabalhadores da cidade e do campo, sendo a classe trabalhadora a protagonista desse processo. O partido acredita que para desempenhar esse ‘papel’ a classe trabalhadora necessita de uma elevação de unidade e consciência no plano político e social e o apoio de seus aliados.

O PCdoB tem em vista a proposta de um ‘Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPDN)’, que de acordo com o partido, ele teria a essência anti-imperialista, antilatifundiária e antioligarquia financeira e compreenderia a luta pela soberania e defesa da Nação, a democratização da sociedade, o progresso social e a integração solidária da América Latina. Esta proposta do PCdoB se distancia dos fundamentos marxistas, uma vez que o autor acreditava que o proletário não tem pátria, não tem nação e a revolução seria algo universal.

O NPDN possui de acordo com PCdoB um conjunto de tarefas fundamentais, como o fortalecimento e a defesa da nação, edificação de um Estado democrático, uma nação desenvolvida¹⁴, a valor 14 “potência energética, com progresso da ciência, da tecnologia e da inovação”¹⁴. (PCdoB, item 42)

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

rização do trabalho, uma vida social harmônica¹⁵, superar as desigualdades regionais, a emancipação das mulheres, proteção do meio ambiente, defesa da cultura brasileira, soberania nacional e integração solidária¹⁶ e a democratização da sociedade. A valorização do trabalho proposta pelo PCdoB se aproxima das propostas reformistas e se afastam da discussão marxiana acerca da emancipação humana. A noção de Estado democrático defendida pelo PCdoB no seu documento deixa dúvidas com relação ao que seria o objetivo final, se este o Estado democrático seria o objetivo final, visto que o documento não faz nenhuma referência a proposta marxiana de dissolução do Estado.

Além do conjunto de tarefas, o NPDN almeja, segundo o PCdoB no item 53, algumas reformas, sendo elas; a reforma política ampla e democrática que deveria fortalecer os partidos, ampliar a liberdade política, implementar um novo sistema de representação político-eleitoral e instituir formas de democracia participativa e direta além de representativa; a reforma dos meios de comunicação dando ênfase a produção e cultura nacional, valorizando a diversidade regional e a produção independente além de combater a monopolização do setor; a reforma da educação que consolide um Sistema Nacional de Educação com prioridade para a educação pública e gratuita garantindo a qualidade, o caráter crítico, científico e laico; a reforma tributária que progressivamente tribute mais os detentores de fortunas, riquezas e rendas elevadas; a reforma agrária que deve ter finalidade econômica e social progressiva tendo em vista melhorar a qualidade de vida do trabalhador rural; a reforma urbana que garanta direitos e serviços ao povo, como moradia digna, saneamento ambiental, mobilidade urbana, segurança pública, cultura, esporte e lazer.

Além das reformas, o PCdoB visa fortalecer alguns serviços públicos, como o Sistema Único de Saúde (SUS), o fortalecimento e ampliação da Seguridade Social e o fortalecimento da segurança pública. Esse conjunto de reformas e fortalecimento de serviços públicos é a ação política, de acordo com o PCdoB, organizada pelo movimento democrático contrapondo os movimentos conservadores políticos e econômicos.

O PCdoB apesar de possuir propostas que vão contra os partidos conservadores possuem ações de caráter notadamente reformista e que se distanciam do comunismo revolucionário marxiano, porém não sabemos qual a estratégia de fato do partido, uma vez que temos no documento um conjunto de táticas a serem feitas quando o partido chegar ao poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comunismo é um movimento que ganhou grande notoriedade e ímpeto dentro da classe trabalhadora, a partir de 1800, especialmente com o ‘Manifesto do Partido Comunista’ em 1848 de Karl Marx e Friedrich Engels. Os fundamentos marxistas eclodiram no mundo todo, fazendo com que o movimento operário organizasse os trabalhadores de modo que surgissem diversos partidos operários.

O comunismo marxiano almejava uma sociedade sem Estado e sem a luta de classes, uma sociedade em que o individuo seja emancipado humanamente e livre de fato. O comunismo foi um movimento que uniu a classe trabalhadora e buscava unificar essa classe para que

15 “Resolver as contradições e tensões existentes no âmbito do povo; promoção da igualdade social para que avance a construção de uma sociedade solidária e humanista” (PCdoB, item 44)

16 “Política externa independente, correspondente a um novo lugar e um novo papel progressista do Brasil no mundo em que prevaleçam os valores de cooperação, convivência democrática, direito internacional, defesa da paz e da solidariedade com os povos e nações” (PCdoB, item 49)

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

fosse possível o fim da luta de classes existente.

Porém a partir da socialdemocracia, com Eduard Bernstein surgiu o revisionismo, que é a proposta de ‘revisar’ as teorias marxistas. O autor acreditava que o capitalismo estaria cada vez se adaptando mais as crises e com isso afastando a ideia de revolução. Bernstein acreditava então nas reformas políticas como meio de conciliar as desigualdades criadas pelo capitalismo. Em desacordo a Bernstein, Rosa Luxemburgo e Lênin acreditavam nos fundamentos marxianos e na revolução comunista.

De acordo com Hobsbawm (2015, p.217) o século XIX foi marcado pelo conceito de ‘progresso’, a população insatisfeita com os desdobramentos das evoluções tecnológicas e políticas, organizaram movimentos e revoluções que marcaram o período progressivamente e o comunismo seria uma nova forma de progresso naquela sociedade.

Já o final do século XX e começo do século XXI, segundo Paulo Arantes (2014), são vivenciados uma ‘era de expectativas decrescentes’ e a ideia de revolução que o comunismo apresenta entra em atrito, os partidos comunistas vão contra o que se espera da política nesse momento.

Embora o comunismo tenha sofrido cisões dentro do movimento, como o revisionismo e a socialdemocracia¹⁷, os princípios marxistas ainda estão presentes em diversos partidos comunistas. As estratégias e táticas do PCB e o PCdoB, aqui apresentadas, nos mostraram as diferenças desses partidos em relação ao comunismo proposto por Marx.

Os princípios comunistas apresentados por Marx e Engels no Manifesto estão presentes nos dois partidos de alguma forma, seja ela de maneira mais ou menos revolucionária ou reformista. Analisando os documentos disponíveis dos partidos com a literatura comunista revolucionária e reformista, podemos perceber que os dois partidos possuem a literatura marxista em seus projetos, e devemos deixar claro que analisamos as estratégias dos partidos.

O PCB deixa evidenciado o seu objetivo final que seria a sociedade comunista, aponta algumas estratégias para a consciência do proletariado e utiliza da literatura e de termos marxianos para construção do partido. O PCdoB não deixa claro qual é o seu objetivo final, com um documento recheado de propostas reformistas e nacionalistas, demonstrando um distanciamento da linguagem marxista revolucionária apresentada no Manifesto Comunista.

17 Existem partidos socialdemocratas com o fim revolucionário do comunismo, mas a socialdemocracia é conhecida por ser um movimento reformista do Estado e não revolucionário, como afirma Lênin (2011). Embora esses movimentos não sejam considerados não-marxistas, já que seguem ideais marxistas.

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

Por fim, o PCdoB no item II do documento, Programa Socialista para o Brasil, não há nenhuma referência a um papel do partido na formação de uma consciência de classe revolucionária. Contrariamente, o PCB no seu documento procura realizar com a proposta do Bloco Revolucionário Proletário, que em sua definição busca fortalecer a consciência operária.

Contudo, não podemos afirmar que um partido seja revolucionário ou reformista já que os documentos não demonstram claramente o objetivo dos partidos e deixam brechas a interpretações. Mas é possível concluir que nos documentos analisados existe uma maior aproximação do PCB com os princípios e com a proposta do comunismo marxiano revolucionário e que o PCdoB assume um discurso bastante centrado nas reformas, recorrendo a conceitos vagos de democracia, nação, sem uma discussão teórica consistente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política**. Tradução de Daniela Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Tradução da Equipe do Instituto de letras da PUC-Campinas. Campinas: Papirus, 2013.

ENGELS, F. **Princípios básicos do comunismo**, 2006. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>>. Acesso em: 20 Março 2018.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 13^a. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FETSCHER, I. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: HOBBSAWM, E. (Ed.) **História do Marxismo II - O marxismo na Época da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1982. p. 257-298.

FULBROOK, M. **História Concisa da Alemanha**. Tradução de Bárbara Duarte. São Paulo: Edipro, 2016.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E. **A Era do Capital: 1848-1875**. Tradução de Luciano Neto. São Pau-

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

lo: Paz e Terra, 2014.

HOBSBAWM, E. **A Era dos Impérios**. Tradução de S. Campos e Y. Toledo. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LENIN, V. **O Estado e a Revolução**. Tradução: S. I. Campinas: FE/Unicamp, 2011.

LENIN, V. <<https://pcb.org.br/portal/docs/quefazer.pdf>> Último acesso: 25 de Junho de 2018
LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** Tradução de Livio Xavier. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARCONI, E.; LAKATOS. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **Sobre a Questão Judaica**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

MARX, K. **Guerra Civil na França**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

PCB. **A Estratégia e a Tática da Revolução Socialista no Brasil**, 2014. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/6195/a-estrategia-e-a-tatica-da-revolucao-socialista-no-brasil>>. Acesso em: 15 Maio 2018.

PCB. **Breve Histórico do PCB**. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>>. Acesso em: 12 Maio 2018.

SALES, J. **História do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): um balanço bibliográfico**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 290 - 311. maio/ago. 2017.

SEGATTO, J.A. **A Formação da Classe Operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

WALDENBERG, M. A estratégia política da social-democracia alemã. In: HOBSBAWM, E. (Ed.) **História do Marxismo II - O marxismo na Época da Segunda Internacional**. Tradução de Leandro Konder e Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1982. p. 223-256.

<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/10/1358017-48-dos-brasileiros-se-identificam-com-valores-ideologicos-de-direita.shtml>